

EDITORIAL

A Obra Histórica Deuteronomista: uma narrativa da (in)fidelidade

No presente número de Estudos Bíblicos, os “biblistas mineiros” damos continuidade ao assunto tratado, no número 71 (2001), intitulado “Israel e sua história”, entretanto publicado também como livro avulso pela Ed. Vozes (como possivelmente o será também o presente fascículo). Alguns pressupostos literários e históricos encontram-se mais amplamente desenvolvidos na publicação anterior, sobretudo a distinção entre a visão (ou as visões) bíblicas da história de Israel, a reconstrução erudita da exegese histórico-crítica dos séculos XIX e XX e a história arqueológica e literariamente verificável (hoje em dia um campo de batalha). E, como foi explicado naquele fascículo, para a exegese é importante perceber que os autores bíblicos concebem a história de Israel como teologia narrativa, ou seja, descrição de sua experiência religiosa e comunitária em forma de um relato acerca de sua nação.

Ao ler o título do presente fascículo, pensa-se espontaneamente em Oséias 2,4-25, Jeremias 2,1-3,5 ou Ezequiel 23, as famosas alegorias da prostituição de Israel e Judá. Na realidade, porém, queremos estudar a literatura que a Bíblia Hebraica chama os Profetas Anteriores e os eruditos das universidades ocidentais, a “Obra Histórica Deuteronomista” (OHDtr: Js, Jz, 1-2 Sm e 1-2 Rs). Evitamos o termo “historiografia (deuteronomista)”, embora mais em voga, porque esses textos, em sua maioria, não são historiografia no sentido moderno da palavra, mas “histórias exemplares”, que transmitem uma mensagem para *nossa* história, a história que nós vivemos e fazemos. Contudo, não são histórias exemplares no sentido de moralismo disfarçado em história. Pelo contrário, são histórias que fazem pensar, ainda que os narradores, geralmente, deixem ao critério do leitor/ouvinte o que pensar. É literatura “narrativa”: narra histórias que o povo vai acolher à luz de sua situação atual e transmitir aos filhos (cf. Salmo 78), para que também eles recebam daí alguma luz. Que luz? Isto não se diz de antemão, deve ser descoberto. Nada mais chato do que os cicerones que impõem aos visitantes do museu o que ver e passam adiante sem deixar tempo para descobrir algo. A Bíblia não é chata. Ela deixa o ouvinte descobrir aquilo que esclarece sua vida.

Pois bem, as histórias em torno das tribos e do reinado em Israel e Judá (de 1200 até 586 aC) podem ser lidas – e creio que tal é a leitura dos círculos proféticos dos quais nasceu essa literatura – como a narrativa da fidelidade e infidelidade à Aliança, dos dois grupos que constituíram o povo das doze tribos.

Podemos comparar a coleção da Lei, Profetas e demais escritos de Israel e Judá – a Bíblia Hebraica (a Tanak) – a um diário de adolescente, misturando recordações, poesias, fotografias, letras de músicas... Aliás, não um, mas dois diários: o deuteronomista e o sacerdotal. E, exatamente como os diários de adolescentes, esses escritos surgem de uma crise. A crise é o fim do(s) reinado(s). O texto que melhor mostra a consciência dessa crise é 2Reis 17, que, juntamente com os discursos de Moisés no Deuterônomo, aqui

não tratados, fornece a chave teológico-histórica para compreender o espírito com que foi constituída a Obra Histórica Deuteronomista, surgida no tempo do exílio babilônico: Israel e Judá foram castigados por sua infidelidade à Aliança.

O outro diário, conforme a opinião mais em voga, teria surgido mais tarde, depois que alguns líderes religiosos e civis de Judá voltaram do exílio babilônico. Se o anterior era uma tomada de consciência, não desprovida de bons propósitos para um possível futuro, este é uma projeção, um sonho sonhado na hora de reconstruir a cidade, Sião-Jerusalém, e seu povo, na cidade, no campo e até no estrangeiro, na diáspora. Toma a forma de uma grande síntese, chamada *torah*, instrução, ou talvez educação, cultura ou algo assim – mas infelizmente os judeus alexandrinos traduziram por *nomos*, lei, termo com o qual a nomeamos até hoje. Este segundo diário, copiado em cinco rolos e por isso chamado Pentateuco, não é alheio ao anterior; parece até ter-lhe roubado a primeira página, transformando-a em conclusão: o Deuteronomio... É intrigante por sua proximidade à literatura sapiencial e à cultura internacional, que, através da Babilônia conquistada pelos persas, afetou esses “sionistas” – bem integrados como intelectuais no Império persa – que produziram o Pentateuco. Mas essa é uma outra história, que talvez possa inspirar outro fascículo de “Estudos Bíblicos”.

Aqui ficamos com o primeiro diário, a Obra Histórica Deuteronomista, com seu conhecido colorido profético. Além de Moisés, visto como o arquiproeta, ela destaca figuras como Josué, filho de Nun, Débora, Samuel, Natã, Gad, Aías de Silo, Miquéias de Jemla, Elias, Eliseu, Isaías, Hulda e Jeremias, e daí recebe merecidamente o nome de “Profetas Anteriores”. Estes são os luminares da fidelidade a Javé sobre o fundo escuro da história dos juízes e, sobretudo, dos reis, muitas vezes protagonistas da infidelidade – além de Davi, só Ezequias e Josias recebem num nota boa quanto à fidelidade à Aliança.

Airton José da Silva descreve o contexto da OHDtr, referindo-se à “revolução” desencadeado por Martin Noth, que, em 1943, esboçou o perfil da “historiografia deuteronomista”, intimamente ligada à redação final do Deuteronomio. Apesar dos muitos estudos no seu rastro, a maioria das questões ainda não foi respondida. Como não se encontram, quanto à política estatal de Israel e Judá, indícios extrabíblicos anteriores à metade do século IX aC, o estudo começa por volta de 745 aC, quando uma rebelião na Assíria leva ao trono Teglat-Falasar III, verdadeiro fundador do Império Assírio. Por mão de Salmanasar V, este império incorporou, em 722, a parte setentrional das tribos de Israel: o Reino do Norte, Israel, capital Samaria. Também Judá, no tempo do rei Ezequias, teve de enfrentar os assírios. Pela fuga dos israelitas do Norte para Jerusalém e o sucessivo crescimento, esta cidade tinha saído de seu isolamento, tornando-se uma peça visada no tabuleiro da política internacional, como prova a ingloria tentativa de Senaquerib de tomar a cidade, em 705 aC. Depois de mencionar Manassés de Jerusalém como “colaboracionista” dos assírios, o estudo se volta para Josias e sua reforma, que conforme a OHDtr é quase uma reconstituição do suposto “império” de Davi (e Salomão). Isso, porém, levanta muitos problemas de ordem histórico-crítica... Destaque especial merece a notícia da descoberta do “livro da Lei” (2Rs 22,8), tradicionalmente identificado com o Deuteronomio – mas isso não é dogma! Focaliza-se então o fim de Jerusalém, a destruição do Templo, as deportações, principalmente a de 586 aC, início do exílio babilônico. Porém, já o nome de *exílio* é questionável: o correspondente hebraico *golah* significa tanto exílio quanto deportação ou diáspora. E

quanto à volta do exílio... a maioria dos judaítas preferiu ficar na diáspora! O historiador não chega a conclusões, mas o quadro está esboçado.

Especificamente, José Luiz Gonzaga do Prado aborda a primeira parte da OHDtr, o livro de Josué, que narra a ocupação da terra de Canaã: duas leituras, duas faces. Mostrada a estrutura retórica, concêntrica do livro, José Luiz pergunta: a terra prometida foi uma doação da parte de Javé ou uma conquista da parte dos israelitas? Na perspectiva da volta do exílio, a narrativa da conquista inculca a responsabilidade da fidelidade à Aliança para conservar o que é antes de tudo um dom de Javé. A integração dos não israelitas foi massacre ou cooptação, e que significa isso à luz do pós-exílio? As atividades guerreiras têm aspecto de liturgia. Percebe-se uma tensão entre a divisão em tribos e a centralização, por conta de Josué, em torno do santuário de Betel. E a figura de Deus, ao mesmo tempo generoso e terrível? E a aliança das tribos? O livro de Josué, tanto à luz do (pós-) exílio quanto da nossa realidade, nos ajuda a fazer diversas leituras, articulando a indispensável identidade e coerência interna com a abertura para o mundo de Deus fora de nossa comunidade.

Jacir de Freitas Faria trata dos Juízes, os líderes carismáticos de Israel no quadro narrativo da suposta confederação de tribos. Histórica ou não, a narrativa bíblica sugere a utopia de uma sociedade igualitária. Para estudiosos como Norman Gottwald, tal sociedade igualitária é até uma hipótese de trabalho. Depois de um breve retrato de alguns “juízes” (Débora, Sansão, Aod, Jair, Samuel), Jacir mostra a estrutura atual do livro dos Juízes e seu esquema deuteronomista de avaliação da história. Passa então à “invenção da sociedade igualitária”: os autores projetaram para o passado, quando “não havia rei em Israel”, os problemas de seu tempo, do exílio e do pós-exílio. Havia reis (p. ex. em Meguido), mas não funcionavam conforme o projeto deuteronomista. “A OHDtr, ao projetar um novo futuro para seu povo, inventa uma sociedade igualitária num passado longínquo”, resume o autor. As tribos existiram, mas não em forma de uma Confederação Tribal formada na luta contra os outros povos. Mas isso não debilita a mensagem: a utopia de uma sociedade igualitária não pode morrer.

Depois de Josué e Juízes, que tratam da ocupação de Canaã pelos hebreus/israelitas, a OHDtr recolhe diversas tradições em torno dos primeiros reis de Israel e Judá, Saul e Davi. Esta época, nos ensina Euclides Martins Balancin, entrecruza-se com o fim da anterior, emblematicamente representada pelo o último dos juízes, o profeta Samuel, que ungiu Saul e Davi como reis e deu seu nome ao(s) “livro(s) de Samuel”. 1Sm 1–7 é, de fato, a conclusão da época dos juízes. Tratando de 1Sm 8–15, a história de Saul, primeiro rei de Israel, Balancin focaliza o “direito do rei” e a colonização mental que transparece no refrão “como todos as nações”, motivo que presidiu o desejo de ter um rei. 1Sm 16–2Sm 9, a “ascensão de Davi ao trono”, procura livrar Davi das acusações de ter conspirado contra Saul, passado para a banda dos filisteus e exterminado a família de Saul. Dentro dessa história é entremeada a promessa feita a Davi de uma dinastia contínua (a profecia de Natã, 2Sm 7), raiz do messianismo davídico. 2Sm 10–20 e 1Rs 1–2 é chamado, pelos estudiosos, o livrete da “sucessão de Davi ao trono” (2Sm 21–24 é uma inserção que interrompe o conjunto). Esta parte apresenta diversas facetas, entre as quais a ilustração dos abusos do reinado profetizados por Samuel. Em suma, o rei não resolve os problemas, pelo contrário, torna-se o problema... Talvez deva ser tolerado como “mal menor”, mas quem salva a fidelidade à Aliança e a justiça no seio do povo, é o profeta.

A fineza literária dos “livros de Samuel” é ilustrada pelo artigo de Leyde Maria Leite sobre a mãe do profeta Samuel, Ana. Narra a consideração de Javé para com esta mulher, desprezada por sua infecundidade e rechaçada pela mais alta instância, nesse tempo vazio de poder, o sacerdote do santuário de Silo. Depois de situar brevemente a obra, Leyde descreve a situação de uma mulher infecunda em meio a um povo que valorizava terra e descendência. O centro da análise é o cântico de vitória, 2Sm 2,1-10, no qual o povo fala pela boca de Ana, profetisa, da qual nasce nova vida, um novo povo. Seu canto não é só dela, a desprezada e solitária, mas reflete a ação de Deus pelo povo todo. Assim, nosso olhar vai para o hoje da mulher na história dos homens, nas lutas pela transformação da sociedade. Gerando filhas e filhos que realizam “o maior e mais terno projeto de Deus”.

Jaldemir Vitório se debruça sobre a redação e teologia do livro dos Reis – continuação do livro de Samuel – que aborda a fase crucial da OHDtr, a monarquia. Na sua atual redação, quer oferecer aos exilados na Babilônia pistas para compreender sua dramática situação. A fidelidade a Javé redundava em bênçãos, a infidelidade em maldições (Dt 29,21-28). Sob esta luz, 1-2Rs examina as “informações” disponíveis, sejam elas de caráter épico-legendário, novelístico ou palaciano (os anais dos reis de Israel e Judá). O livro pode ser analisado como um drama em três atos: o reino unido sob a égide de Salomão; os reinos divididos de Judá e Israel; o sobrevivente reino de Judá, na véspera do exílio. Neste drama, os profetas representam a consciência crítica no meio do povo. Isso acentua mais ainda a responsabilidade dos chefes: eles não podem negar “que houve um profeta em seu meio”! Partilhando com o povo os planos de Javé, eles evidenciam a ação de Javé contraposta à infidelidade dos reis. Merece atenção a correspondência entre o discurso de intenções do rei Salomão, 1Rs 8,22-53, e a reflexão do discurso do redator em 2Rs 17,7-41.

Comentando episódio da vinha de Nabot (1Rs 21), Jaldemir Vitório ilustra o conflito entre a monarquia e o profetismo. Na visão deuteronomista, uma causa da ruína de Israel foi a idolatria, alimentada pelas alianças estrangeiras e geradora de injustiça e morte. O verdadeiro adorador de Javé deve resistir até a morte à idolatria e até ao próprio rei. Neste contexto, os profetas são a voz de Javé, “a consciência crítico-teológica na vida do povo”. Observe-se também a importância da terra. Só Javé é dono de Israel e da terra que prometeu dar aos pais. Transformá-la em objeto de compra e venda é ruptura da Aliança, que se rege pela justiça, ao contrário do culto dos *baalim*, preocupado com a fertilidade, despersonalizando as relações. Sendo a OHDtr uma reflexão sobre o declínio das monarquias tanto de Israel como de Judá, a “história exemplar nortista” da vinha de Nabot (Acab e Jezabel, o profeta Elias), sugere uma comparação com a história “sulista” de Davi e Betsabéia.

Desejamos que estes artigos ajudem o leitor a se imbuir de uma verdadeira *teologia narrativa*. A OHDtr não é um manual de história científica, mas um testemunho da fé no Deus da Aliança, que não admite infidelidade e arbitrariedade, mas é fiel a quem caminha na justiça, obedecendo à sua instrução (Dt 6,4-5).

Johan Konings
Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127
31720-300 Belo Horizonte MG